



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008306-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Montreal**
 Requerido: **DIEGO RIBEIRO DA SILVA**
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MONTREAL ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA** em face de **DIEGO OSWALDO RIBEIRO DA SILVA**, todos devidamente qualificados, aduzindo que é credor do requerido pela importância de R\$ 2.296,00 (dois mil, duzentos e noventa e seis reais). Tendo restado infrutíferas as tentativas de solucionar a pendenga, ingressou com a presente ação.

A inicial veio instruída com documentos.

Citado (fls. 46), o requerido não compareceu à audiência inaugural e também não apresentou defesa (fls. 51), ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou o débito consignado na portal que diz respeito a despesas de administração, conservação e limpeza, mais multa de 2% e outros consectários, inclusive honorários do patrono contratado que tem previsão no art. 7º, § 7º, de fls. 18.

Sua negativa de pagar tal montante desde fevereiro de 2008, sem dúvida, constitui enriquecimento ilícito, pois é beneficiada com os serviços colocados à sua disposição pela associação autora.

Assim, é evidente que sendo proprietário de um imóvel no local, o requerido deve participar do rateio das despesas.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido, **DIEGO OSWALDO RIBEIRO DA SILVA**, a pagar a autora, **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MONTREAL**, o valor pleiteado a fls. 03, ou seja, de R\$ 2.296,00 (dois mil, duzentos e noventa e seis reais), mais as parcelas que se venceram no curso da ação (cf. art. 290 do CPC) com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O réu suportará, ainda, os honorários advocatícios da sucumbência que fixo em 10% do valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15)** dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 28 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**